

O EXTERMÍNIO DOS CAIAPÓ NA REGIÃO DE JATAÍ-GO

Ana Maura Guimarães¹
Fernanda Rodrigues da Rocha Caetano²
Clesio Fortino dos Santos³
Dr^a Rosana Alves Ribas⁴
Fabiana Ferreira Souza⁵

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de ocupação do sudoeste de Goiás por fazendeiros oriundos de Minas Gerais e São Paulo a partir da década de 1830, destacando os impactos dessa expansão sobre os povos indígenas Caiapó, especialmente os Caiapó do Sul. O avanço das frentes agropecuárias deslocou as fronteiras provinciais em direção ao oeste, região tradicionalmente habitada por diferentes grupos indígenas, o que desencadeou conflitos violentos e prolongados ao longo do século XIX. Esses embates resultaram no extermínio ou deslocamento forçado de grande parte da população indígena até o início do século XX. Ressalta-se que o sudoeste goiano era identificado na cartografia da época como o “sertão dos Caiapós”, espaço também ocupado por Aricá, Aycuru e Xavante. Assim, o estudo busca analisar criticamente os mecanismos de violência e os discursos que legitimaram a ocupação territorial e o extermínio desses povos originários.

Palavras-chave: Caiapó; povos indígenas; conflitos territoriais; sudoeste goiano.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações de contato e conflito estabelecidas entre os povos indígenas Caiapó e os fazendeiros oriundos de Minas Gerais e São Paulo durante o processo de ocupação do sudoeste de Goiás, iniciado a partir da década de 1830. O avanço da fronteira agrícola em direção ao oeste incidiu diretamente sobre territórios tradicionalmente ocupados pelos Caiapó do Sul, provocando uma série de confrontos violentos que se estenderam até, pelo menos, o início do século XX, período em que esses povos foram praticamente exterminados ou deslocados.

Historicamente, o sudoeste goiano era reconhecido na cartografia como o “sertão dos Caiapós”, região habitada não apenas por esse grupo, mas também por Aricá, Aycuru e Xavante.

Diante da





intensificação da ocupação, os Caiapó inicialmente buscaram fugir do contato com os colonizadores, recuando para áreas mais interiores, inclusive em direção ao atual estado do Mato Grosso. Contudo, o avanço contínuo da fronteira agropecuária impediu essa estratégia de sobrevivência.

Assim como em outras regiões do Brasil, os territórios indígenas foram tratados como espaços vazios e disponíveis para a ocupação, desconsiderando-se a presença e os modos de vida dos povos originários. Os ataques realizados pelos Caiapó a fazendas, tropeiros e viajantes passaram a ser utilizados como justificativa para represálias violentas promovidas por fazendeiros e autoridades locais, consolidando um cenário de conflitos sistemáticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ocupação territorial do Centro-Oeste brasileiro foi historicamente marcada por intensos conflitos entre povos indígenas e agentes da expansão colonial e imperial. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os processos de expropriação e violência contra populações originárias configuram-se como elementos estruturantes da formação territorial brasileira, especialmente no estado de Goiás, onde diversos grupos indígenas sofreram pressões contínuas sobre seus territórios.

Os Caiapó do Sul, habitantes tradicionais do chamado “sertão dos Caiapós”, mantinham um modo de vida baseado na mobilidade territorial, na caça, na coleta, na agricultura e em uma profunda relação com o ambiente natural. A chegada de fazendeiros, sobretudo a partir da década de 1830, alterou significativamente essa dinâmica. A expansão da pecuária e das rotas comerciais intensificou a disputa pela terra e pelos recursos naturais, sustentada por discursos que difundiam a ideia de “território vazio” como justificativa ideológica para a ocupação.

Outro aspecto central desse processo foi a construção de narrativas de desumanização e criminalização dos povos indígenas. Documentos oficiais e jornais do período retratavam os Caiapó como uma ameaça à ordem e ao progresso, legitimando ações repressivas. O jornal Correio Paulistano, por exemplo, noticiava expedições armadas contra os Caiapó como medidas necessárias para garantir a segurança dos colonos.

O Código de Posturas da Villa do Jatahy, de 1887, evidencia o grau de institucionalização desses conflitos ao autorizar o porte de armas por viajantes, sob a alegação do “estado de agressão dos índios” no município. Tal dispositivo revela o alinhamento do poder público às representações que reforçavam a violência contra os povos originários.





Nesse contexto, o extermínio físico e cultural dos Caiapó ocorreu por meio de diferentes estratégias, como massacres, perseguições, disseminação de doenças, envenenamento e tentativas fracassadas de aldeamento. A literatura especializada em história indígena demonstra que tais práticas integraram um processo mais amplo de genocídio indígena no Brasil.

ESTRATÉGIAS DE EXTERMÍNIO

A resistência dos Caiapó à invasão de seus territórios foi respondida com a organização de expedições armadas destinadas à eliminação física dos indígenas. Massacres e retaliações tornaram-se práticas recorrentes ao longo do século XIX, frequentemente apoiadas ou toleradas por autoridades locais.

Além da violência direta, foram construídas narrativas destinadas a encobrir ou justificar os assassinatos. Em diversos casos, as mortes de indígenas eram atribuídas a ataques de animais silvestres, como onças, estratégia utilizada para evitar responsabilizações legais. Também há registros do uso deliberado de doenças, como varíola e gripe, bem como do envenenamento de alimentos e fontes de água, com o objetivo de enfraquecer e exterminar grupos indígenas.

Os jornais da época relatavam ataques atribuídos aos Caiapó contra fazendas e povoados, incluindo roubos e assassinatos, o que intensificava a pressão social pelo extermínio. Para os fazendeiros, os povos indígenas representavam um obstáculo ao desenvolvimento econômico, justificando a organização de expedições armadas destinadas à chamada “limpeza do território”.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental sobre o processo de ocupação do sudoeste goiano e o extermínio dos Caiapó do Sul. Foram analisados livros, artigos científicos, documentos oficiais, códigos de posturas, relatórios institucionais e registros jornalísticos do século XIX, buscando compreender os mecanismos de violência e os discursos que legitimaram a expulsão e o extermínio indígena.

A análise dos dados foi orientada por uma perspectiva histórico-crítica, permitindo relacionar os eventos locais de Jataí-GO a processos mais amplos de formação territorial e de violência contra povos indígenas no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes históricas evidencia que o extermínio dos Caiapó no sudoeste de Goiás





não se configurou como um evento isolado, mas como um processo sistemático sustentado por interesses econômicos, políticos e sociais. A presença indígena na região era numerosa e organizada, contrariando a narrativa do vazio demográfico difundida pelos colonizadores.

Os conflitos intensificaram-se à medida que os Caiapó resistiam às invasões de seus territórios, retaliando ataques e destruições de áreas de caça e cultivo. Essa resistência foi utilizada como argumento para legitimar expedições armadas cada vez mais violentas, como o ataque de 1880, realizado por cerca de 200 homens de Jataí e Rio Bonito, que resultou na morte de aproximadamente uma centena de indígenas, episódio celebrado pela imprensa como medida de segurança.

As políticas estatais, como a criação de aldeamentos, mostraram-se ineficazes diante da resistência indígena e da ausência de continuidade administrativa. O Código de Posturas de 1887, ao autorizar o porte de armas, reforçou um ambiente de conflito permanente, demonstrando a convivência do poder público com práticas violentas.

Dessa forma, o extermínio dos Caiapó resultou da combinação de violência direta, violência biológica e violência simbólica, expressa nos discursos de criminalização e no apagamento histórico desses povos. A permanência de narrativas locais, como a chamada “festa da onça”, evidencia a naturalização dos massacres e reforça a importância de abordagens críticas no ensino e na pesquisa histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o tratamento dispensado aos Caiapó do Sul na região de Jataí-GO esteve profundamente marcado por políticas e práticas que privilegiaram interesses econômicos locais em detrimento da vida e da cultura indígena. O processo de ocupação iniciado na década de 1830 foi sustentado por guerras, massacres, escravização e deslocamentos forçados, culminando no extermínio desses povos até o início do século XX.

A construção de discursos civilizatórios serviu para encobrir a violência extrema empregada contra os Caiapó, transformando massacres em narrativas legitimadas socialmente. A análise desse processo contribui para o reconhecimento histórico das violências cometidas contra os povos originários e reforça a necessidade de valorização de suas memórias e resistências, especialmente no âmbito da educação e da pesquisa acadêmica.





REFERÊNCIAS

CÓDIGO DE POSTURAS DA VILLA DO JATAHY. **Código de Posturas do Município de Jataí**. Jataí: Arquivo Histórico Municipal, 1887.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, diversos anos. Disponível em: <https://cimi.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CORREIO PAULISTANO. **Conflitos no sudoeste de Goiás: expedições contra os Caiapó**. São Paulo, 1880. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 12 jul. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Povos indígenas no Brasil: Caiapó**. Brasília: FUNAI, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/funai>. Acesso em: 12 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil: Mebêngôkre (Caiapó)**. São Paulo: ISA, s.d. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 12 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Estudos sobre os povos indígenas de Goiás e a formação territorial goiana**. Goiânia: UFG, diversos anos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ (UFJ). **Produção acadêmica sobre história regional e povos indígenas no sudoeste goiano**. Jataí: UFJ, diversos anos.

